

FACULDADE DE CERES – FACERES
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

RHAYKON GONDIM DA SILVA

GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Ceres - GO

2012

RHAYKON GONDIM DA SILVA

GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Monografia apresentada À Faculdade de Ceres
– FACERES, realizada como requisito à
obtenção do grau de Bacharel em
Administração sob orientação da professora
especialista: Elizabeth Vieira Porto Pereira.

Ceres - Go

2012

FACULDADE DE CERES – FACERES

FOLHA DE APROVAÇÃO

RHAYKON GONDIM DA SILVA

Elizabeth Vieira Porto Pereira – Especialista em Ciências Contábeis.

PRESIDENTE

Juliano de Caldas Rabelo – Especialista em Administração Habilitação Rural

Marco Antonio Ferreira de Abreu – Especialista em Administração de
Empresa

Ceres- GO, 12 de junho de 2012.

EPÍGRAFE

“Bem-aventurado o homem que não anda no conselho dos ímpios, pois não se detém no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores. Antes o seu prazer está na lei do Senhor, e na sua lei medita de dia e de noite. Ele é como árvore plantada junto a corrente de águas, que, no devido tempo, dá o seu fruto, e cuja a folhagem não murcha; e tudo quanto ele faz será bem sucedido”. (Salmos -1 V. 1 a 3).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela saúde, fé e perseverança que tem me dado e aos meus pais Alípio e Divina a quem honro pelo esforço com o qual me mantiveram em meus estudos e pelo eterno incentivo.

AGRADECIMENTOS

Se hoje chego a este momento importante na vida, pronto a tornar - me bacharel em Administração, é porque no decorrer desses anos tive o apoio e incentivo de algumas pessoas, pessoas estas que foram fundamentais nessa minha caminhada devido aos mais diversos motivos. Por isso gostaria de agradecer ao meu esposo Murilo pelo apoio e paciência, as minhas colegas Ana, ariely e Joelma pelo companheirismo as quais fizeram parte dessa trajetória acadêmica, aos funcionários e professores da FACERES, em especial, a Professora Elizabeth, minha orientadora e grande incentivadora, pois sem ela nada disso seria possível.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE QUADRO.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1. EVOLUÇÃO E FATOS HISTÓRICOS	17
1.1. A industrialização e os acidentes ecológicos	20
1.2. Saneamento básico ameaçado	22
1.3. Protocolo de Kyoto: os gases na atmosfera	23
1.4. Combustível não renovável.....	25
2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	27
2.1. Política e movimentos ambientalistas	29
2.2. Os problemas ambientais dos grandes centros	32
2.3. Problemas ambientais: requerem uma nova atitude dos empresários e administradores.....	33
2.4. Responsabilidade social: respeito ao meio ambiente	35
3. SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL.....	38
3.1. As empresas e seus produtos valorizados pela preservação ambiental	44
3.2. As empresas voltadas para a gestão ambiental	46
3.3. Gestão ambiental global.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	54

RESUMO

O trabalho aborda a questão da gestão ambiental e responsabilidade social empresarial, diante de uma nova perspectiva para a preservação e conservação do meio ambiente, oferecidos por instituições comprometidas com às questões ambientais. O comportamento ambiental empresarial atual se justifica pela história da industrialização com décadas de degradação ambiental, e a partir de uma nova consciência grandes conferências foram feitas no mundo, voltadas para a importância da preservação do meio ambiente para a humanidade. A gestão ambiental e responsabilidade social empresarial, tornam as empresas mais organizadas e conseguem minimizar os problemas causados ao meio ambiente. Buscando soluções e a melhor qualidade de vida para todos.

Palavra chave: gestão ambiental, responsabilidade social empresarial, meio ambiente

ABSTRACT

The paper addresses the issue of environmental management and corporate social responsibility, before a new perspective for the preservation and conservation of the environment offered by institutions committed to environmental issues. The current corporate environmental behavior is justified by the history of industrialization with decades of environmental degradation, and a new awareness from major conferences have been made in the world, focused on the importance of preserving the environment for mankind. The environmental management and corporate social responsibility, companies become more organized and can minimize the problems caused to the environment. Seeking solutions and better quality of life for all.

Keyword: environmental management, corporate social responsibility, environment

LISTA DE QUADRO

Quadro 1.1: Principais acidentes ambientais no século XX.....	21
---	----

LISTA DE SIGLAS

CNUMAD – A Conferência das Nações Fracas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92,

ECO/92 – A Conferência das Nações Fracas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92,

GREENPEACE – É uma organização não-governamental com sede em Amsterdã, nos Países Baixos, e escritórios espalhados por 40 países.

Atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com campanhas dedicadas às áreas de florestas (Amazônia no Brasil), clima, nuclear, oceanos, engenharia genética, substâncias tóxicas, transgênicos e energia renovável

IPCC – (Intergovernmental Panel on Climate Change ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial.

ISO - Organização Internacional para Padronização ou Organização Internacional de Normalização.

MERCOSUL – O Mercosul, como é conhecido o Mercado Comum do Sul (em castelhano: *Mercado Común del Sur*, *Mercosur*; em guarani: *Ñemby Ñemuha*), é a união aduaneira (livre comércio intrazona e política comercial comum) de quatro países da América do Sul. Em sua formação original o bloco era composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

PNUMA – O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cuja sigla é PNUMA, (em inglês: *United Nations Environment Programme*, *UNEP*) é uma agência para o ambiente do sistema das Nações Unidas

RIO +20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada ainda de Rio+20, será uma conferência cujo objetivo é debater sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Ela será realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

SGA – Sistema de Gestão Ambiental é uma estrutura organizacional que permite à empresa avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços.

WWF – O *World Wide Fund for Nature* (WWF, "Fundo Mundial para a Natureza") é uma Organização não governamental (ONG) internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental, anteriormente chamada *World Wildlife Fund*, nome oficial ainda em uso nos Estados Unidos e Canadá.

INTRODUÇÃO

Preservação do meio ambiente deve merecer a devida atenção de toda sociedade, pela importância que ele tem para a sobrevivência do planeta. Dentro das empresas, que promovem o desenvolvimento econômico de um país, a cooperação de todos em prol do meio ambiente permite uma maior integração da empresa onde ela atua e pratica suas atividades, gerando o bem estar com responsabilidade para toda sociedade.

A responsabilidade da sociedade é grande, conforme ela vai se expandindo o meio ambiente vai sendo degradado. Por isso há necessidade de tomar medidas que ofereçam proteção ao meio ambiente e que a sociedade encontre um caminho para continuar seu crescimento e desenvolvimento de forma equilibrada.

No estudo a seguir identificou que o ser humano através da história não possuía uma consciência sobre o cuidar do meio ambiente. Agia conforme a necessidade de crescimento em seus territórios, retirando qualquer obstáculo da natureza como florestas, nascentes de rios, matavam animais que os ameaçavam, não tinha em mente que a natureza mais tarde sofreria muito com esse descaso.

Chegando o processo de industrialização, os problemas ambientais começaram a aparecer. O êxodo rural trouxe consequências terríveis, as cidades cresciam sem controle e faltava todo tipo de estrutura. Mais tarde, depois de grandes desenvolvimentos, o homem, já possuía o controle da natureza, e estava sempre avançando com novas descobertas para área dos negócios e evolução da sociedade. Mas logo começaram a aparecer os chamados acidentes ecológicos, alguns mencionados no trabalho, que danificaram bastante a fauna e a flora onde ocorreram, sem falar que afetaram muito a saúde das pessoas próximas a esses acidentes.

Diante disso, esse estudo é voltado para uma visão de prevenção e preservação do meio ambiente através de sistemas de gestão ambiental, implantados nas empresas e em todas as organizações da sociedade, juntamente com a responsabilidade social empresarial que proporcionariam uma nova consciência coletiva para ajudar a cuidar da natureza.

A problemática levantada no presente trabalho é como a gestão ambiental junto com a responsabilidade social empresarial ajudará uma empresa quanto às questões ambientais?

Nos grandes centros onde se concentra o maior número de pessoas, a preservação ambiental se torna um grande desafio, não só para as autoridades mas para todos que compõem a sociedade.

Se políticas públicas voltadas para a preservação ambiental forem criadas e colocadas em prática, envolvendo a participação de toda comunidade e o compromisso dessa, certamente o impacto ambiental será bem menor.

A justificativa para o presente tema titulado como Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Empresarial tem a intenção de mostrar através de alguns fatos históricos como as empresas têm evoluído para a preservação ambiental, e ajuda a complementar estudos anteriores.

E o objetivo geral é sem dúvida observar que no decorrer da história, principalmente depois da industrialização, foi se desenvolvendo uma nova consciência a respeito da preservação do meio ambiente para as empresas que possuem uma gestão ambiental junto com responsabilidade social. Além de verificar a influência dos consumidores voltados para essa nova consciência ambiental.

No primeiro capítulo faz-se um estudo sobre evolução dos fatos históricos abordando a necessidade do ser humano de viver em harmonia com o meio ambiente. Apresenta de forma negativa o processo de industrialização em relação ao meio ambiente. Cita alguns acidentes ecológicos de grande proporção que repercutiu no mundo todo, despertando assim, as populações para o risco ambiental. Esclarece alguns fatos sobre o saneamento básico e combustível não renovável.

O segundo capítulo aborda o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social empresarial, evidencia a empresa com seus empresários e administradores como protagonistas nessa história de conciliar o meio ambiente e a sociedade, de se interagir e viver de forma sustentável.

O terceiro e último capítulo esclarece a importância da gestão ambiental e da responsabilidade social empresarial, cita modelos de sistema de gestão ambiental e fala sobre instituições internacionais que fiscalizam os impactos das gestões ambientais no

mercado internacional. As empresas que atuam junto a esses sistemas de gestão ambiental são mais orientadas e desempenham melhor o papel de proteção ao meio ambiente, seguem modelos e criam políticas para se organizarem.

A discussão desse tema na literatura pertinente, mostra a preocupação de alguns autores com a questão da gestão e da responsabilidade social empresarial como o meio ambiente. Estudos e pesquisas mostram que no decorrer do trabalho as empresas comprometidas com a preservação ambiental possui políticas e planos que orientam o procedimento e conduta em relação às questões ambientais.

Portanto, o presente estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas, com autores contemporâneos e respeitados na classe científica, citamos por exemplo Barbieri, na questão ambiental; Chiavenato e Dornelas com comentários sobre a administração e gestão de pessoas que compõem as empresas; entre outros.

A compreensão sobre os impactos ambientais gerados pela mão do homem é fundamental para que toda sociedade se mobilize buscando recursos para minimizar os danos ambientais. Atitudes simples como coleta de lixo, economia no consumo de energia e água, entre outras, faria com que a população aos poucos conseguisse exercer a cidadania e melhorar a qualidade de vida para todos. Muitas campanhas a favor da preservação do meio ambiente são feitas em todo o mundo, através dos meios de comunicação em geral e têm conseguido a atenção das pessoas, pois um novo tipo de consumidor se manifesta, aquele que dá prioridade para os produtos chamados rótulos verdes, explicado no capítulo dois, de empresas comprometidas com a preservação do meio ambiente.

Uma nova consciência se forma na sociedade, que está interessada em preservar a própria vida no futuro. Agora em busca do tempo perdido, campanhas, projetos, políticas, planos e planejamentos estão sendo feitos e implantados nas empresas e organizações, na tentativa de proteger o meio ambiente.

Instituições sem fins lucrativos e voltadas para as questões ambientais fazem toda diferença. Elas fiscalizam, questionam, orientam, fornecem caminhos para as empresas desenvolverem seus planos e políticas a favor da preservação do meio ambiente. Essas instituições atuam em todo o planeta, se preocupam com o mercado internacional e sua

interação com o meio ambiente. Durante o estudo será falado sobre algumas delas e suas atuações.

Diante do exposto, percebe-se que as empresas que têm sua administração correta e preocupada com a preservação ambiental, conseguem se destacar no mercado competitivo, porque ela já está dentro da nova concepção que seus consumidores possuem a respeito do meio ambiente. Portanto, uma empresa engajada nas questões ambientais só tem a ganhar, na competitividade. Sua imagem é favorecida e reconhecida pelos consumidores que fazem opção por empresas voltadas para questões ambientais. E num futuro próximo, toda sociedade fará a diferença e atuará na defesa do meio ambiente.

1. EVOLUÇÃO E FATOS HISTÓRICOS

Quem supostamente utilizou, pela primeira vez, o termo relacionado ao meio ambiente foi o cientista Alexander Von Humboldt botânico, geógrafo, filósofo, historiador, explorador e naturalista que se dedicou também a estudar as ciências naturais, um dos seus principais feitos foi uma viagem que fez entre 1799 a 1804 pela América Central e América do Sul em que se desenvolveu o conceito de meio ambiente geográfico: as características da fauna da flora de uma região estão intimamente relacionadas com a latitude, tipo de relevo e condições climáticas existentes.(Disponível em www.wikipedia.org.br, acesso em 25/07/2012 às 16h.).

O naturalista alemão Ernest Haeckel o qual utilizou o termo ecologia no ano de 1866. Ele conceituou como “economia biológica ou economia da natureza” e também “Ciência dos costumes dos organismos, suas necessidades vitais e suas relações com outros organismos” e acrescentou “o estudo das relações de um organismo com seu ambiente inorgânico e orgânico”. Atualmente, a definição de ecologia (do grego *oikos* – casa)se baseia no estudo das relações entre organismos e o meio, já o termo etologia (que para Haeckel era empregado como sinônimo de ecologia) é restrito ao estudo de costumes (GABRIEL, 2009 p.17).

Cada espécie de ser vivo, ou seja, toda espécie de plantas e animais, necessitam de substâncias ou componentes básicos do meio para sua alimentação, reprodução e proteção, além da estrutura do meio ambiente para que a espécie desenvolva suas formas características. (Disponível em www.portalbrasil.net/educação_seresevivos.htm, acesso em 25/07/2012 às 15h.).

Tudo isso faz parte do *habitat*, que é o ambiente onde existe composição e estrutura favoráveis para que cada espécie se desenvolva naturalmente. É nesse ambiente que se fornece condições e proteção para que os seres vivos com seus concorrentes e predadores formem a cadeia alimentar e contribuam para a integração equilibrada das espécies regulando a sobrevivência, o desenvolvimento harmônico da natureza.

O ser humano faz parte dessa integração, como é um ser dotado de raciocínio, procurou se adaptar para garantir sua sobrevivência e conseqüentemente vieram as conseqüências dessa adaptação. É oportuno citar Dias que escreve assim:

O ser humano, dentre todas as espécies animais existentes, é a que apresenta a maior capacidade de adaptação ao ambiente natural, e pode ser encontrado no deserto mais causticante no frio continente antártico, nas profundezas da floresta amazônica, sob o oceano ou voando na atmosfera e além dela. [...] Assim, o ser humano, para sobrevivência, de um modo ou de outro, sempre modificou o ambiente natural (DIAS, 2009, p. 1).

Antes da Revolução Industrial ocorrida no final do século XIX, as mudanças que aconteciam no meio ambiente, por ações humanas, eram insignificantes.

O desequilíbrio ambiental ocorreu exatamente porque o sistema capitalista, que sempre buscou lucros, não se preocupou com a natureza, tinha a concepção de que tudo na natureza era infinito. E também o processo de urbanização contribuiu de forma destrutiva no meio ambiente, conforme Dias, acima citado, observa:

Quanto maiores as aglomerações humanas, mais destrutivas eram do ponto de vista ambiental. E, nesse estágio de crescimento acentuado da população humana, muitas espécies desapareceram gradativamente onde o homem construía em ritmo acelerado o seu próprio ambiente. No Oriente Médio, onde atualmente se encontra o Iraque, se registram as primeiras grandes aglomerações humanas e é onde ocorrem as primeiras grandes extinções de espécies animais. [...] Há inúmeras representações de caçadas a leões e outros predadores naquela região, que foram rapidamente extintos (DIAS, 2009, p. 4).

Segundo esse autor,

As concentrações urbanas, ao destruírem o ambiente natural, e recriarem um ambiente propício ao homem, provocam também a adaptação dos organismos que existiam nos ambientes naturais, os quais passam a conviver no espaço humano como pragas, que se multiplicam quase sem controle, além de inúmeros microorganismos que transmite doenças. Assim, durante séculos tivemos notícias de grandes epidemias que assolaram as cidades, trazidas por animais que passaram a viver no ambiente humano (DIAS, 2009, p.5).

Nos anos de 1980 surgiram, principalmente na Europa, organizações defendendo um uso mais equilibrado dos recursos naturais. Em 1992 ocorreu, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro internacional, chamado “Rio/92” ou “ECO/92” que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). O tema foi meio ambiente e o que fazer para conciliar a busca de desenvolvimento econômico e a preservação da natureza. Uma vez que o quadro era caótico e preocupava toda a sociedade (GABRIEL, 2009, p. 16).

A partir desse encontro uma ideia foi amplamente defendida de que o desenvolvimento econômico deveria ser acompanhado de uma responsabilidade voltada às gerações presentes e futuras. Esse desenvolvimento garantiria atender as necessidades humanas por conforto e bem-estar sem esgotar os recursos naturais do futuro. Ou seja, conciliar e harmonizar o desenvolvimento econômico e a preservação e conservação ambiental.

Entende-se assim, que a espécie humana, como também todas as formas de vida sobre a terra, depende do uso equilibrado dos recursos naturais e que o próprio crescimento econômico também depende da sustentabilidade.

Por isso foi criada uma estrutura jurídica para disciplinar a conduta de toda a sociedade, porque os danos ambientais provocados ao ser humano são sérios, ameaçando a saúde e o bem estar de cada pessoa. Então nasceu o Direito Ambiental, com normas jurídicas que têm a finalidade de proteger o meio ambiente. Assim escreve Paulo de Bessa Antunes (*apud* SILVA, 2010, p. 41):

[...] o Direito Ambiental pode ser definido como um Direito que se desdobra em três vertentes fundamentais, que são constituídas pelo direito ao meio ambiente, direito sobre o meio ambiente e direito do meio ambiente. Tais vertentes existem, na medida que o Direito Ambiental é um direito humano fundamental que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais. Mais do que um direito autônomo, o Direito Ambiental é uma concepção de aplicação da ordem jurídica que penetra, transversalmente, em todos os ramos do Direito. O Direito Ambiental, portanto, tem uma dimensão humana, uma dimensão ecológica e uma dimensão econômica que devem harmonizar sob o conceito de desenvolvimento sustentável.

Essa questão do direito ambiental teve sua fase inicial no descobrimento do Brasil, embora não se tenha obedecido as determinações reais, numa época em que tudo o que importava era a conquista da terra (agrícolas, pecuárias e minerárias) como se constatou a exploração desregrada da natureza. Jeanne da Silva Machado (*apud*, SILVA, 2010, p. 43) faz o seguinte comentário:

Escassa proteção jurídica não significa nenhuma proteção. Veja-se, por exemplo, que nas Ordenações Afonsinas “foi compilada a ordenação determinada pelo rei D. Afonso IV, que proibia o corte deliberado de árvores frutíferas, tipificando esse ato como crime de injúria ao rei, demonstrando-se, desde então, uma grande preocupação com a proteção florestal. Por ordem do Rei Dom Manuel, em 1514 foram compiladas e atualizadas as ordenações Manuelinas. Nelas, encontravam-se regras de proteção ambiental, a proibição de caça e perdizes, lebres e coelhos com redes, fios, ou outros meios e instrumentos capazes de causar dor e sofrimento na morte desses animais; a proteção de crias e a preservação da vida das abelhas na comercialização de suas colméias. Em um dos regimentos do Governo Geral, implantado em 1548 por Dom João III, consta a reafirmação do monopólio da Coroa Portuguesa sobre o pau-brasil, cuja extração deveria ser feita ‘com menor prejuízo da terra’”.

Percebe-se que as autoridades já se atentavam para a preservação ambiental, no entanto, essas determinações só ficavam no papel, não havia a consciência de que a natureza poderia sofrer com as condutas desregradadas por parte do homem.

1.1. A industrialização e os acidentes ecológicos

A história mostra que até meados do século XIX a atividade do ser humano não provocava mudanças drásticas que tornasse ameaça ao meio ambiente. A partir da Revolução Industrial e das grandes guerras mundiais, é que essas transformações começaram a ser sentidas com intensidade no meio ambiente.

Com a industrialização, veio o progresso, o desenvolvimento econômico e também vários problemas ambientais, como: alta concentração populacional, devido a urbanização acelerada, consumo em excesso de recursos naturais, sendo alguns não

renováveis, contaminação do ar, do solo, das águas, desmatamento entre outros. A migração maciça de pessoas do campo para as cidades e estas sem infra-estrutura para receber um número tão grande de novos cidadãos, o que ocorreu foi epidemias, doenças respiratórias e outros problemas.

A industrialização acelerou muito o processo da degradação ambiental, outra citação de DIAS complementa a exposição:

[...] novos mecanismos e formas de produção, acrescidos da exploração intensiva e sistemática dos recursos naturais trazidos pela Revolução Industrial, generalizaram-se e se espalharam de forma descontrolada, sem prever as consequências para o meio ambiente. Os processos de industrialização aumentaram de forma espetacular, mas foram concebidos de forma irracional, tendo como resultado o grave problema ambiental que afeta todo o planeta nos dias de hoje. O desmatamento intensivo para criar novas áreas agrícolas e produzir o carvão vegetal provocou o desaparecimento da maior parte da cobertura florestal da Europa no século XIX e início do século XX (2009, p.7).

A contaminação industrial foi um dos pontos que chamou mais a atenção, depois de vários acidentes que se tornaram desastres ambientais. O problema é a destinação dos resíduos de qualquer tipo (sólido, líquido ou gasoso) que vem do processo produtivo e que afetam o meio ambiente e a saúde humana. Vários acidentes ocorreram no século XX tornaram-se assunto global. Para ilustrar, tomemos como exemplo uma tabela de dados apresentada por Dias, em seu livro *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade* (2009, p.8):

Quadro 1.1: Principais acidentes ambientais no século XX.

Ano	Descrição
1947	Navio carregado de nitrato de amônia explode no Texas, causando mais de 500 mortes e deixando 3.000 feridos.
1956	Contaminação da baía de Minamata, Japão. Foram registrados casos de disfunções neurológicas em famílias de pescadores, gatos e aves. A contaminação acontecia desde 1939 devido a uma companhia química instalada às margens. Moradores morreram devido às altas concentrações de mercúrio, que causavam a chamada “doença de Minamata”.
1966	Na cidade de Feyzin, França, um vazamento de GLP causa a morte de 18

	peças e deixa 65 intoxicadas.
1976	No dia 10 de julho, em Seveso, cidade italiana perto de Milão, a fábrica Hoffmann-La Roche liberou densa nuvem de um desfolhante conhecido como agente laranja, que, entre outras substâncias, continha dioxina, altamente venenosa. Em torno de 733 famílias foram retiradas da região.
1978	Na cidade de San Carlos, Espanha, caminhão-tanque carregado de propano explode causando 216 mortes e deixando mais de 200 feridos.
1984	No dia 2 de dezembro, um vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila, ocorrido em Bhopal, Índia, causou a morte de 3.000 pessoas e a intoxicação de mais de 200.000. O acidente foi causado pelo vazamento de gás da Fábrica da Union Carbide.
1986	No dia 26 de abril, um acidente na usina de Chernobyl, na antiga URSS, causado pelo desligamento do sistema de refrigeração com o reator ainda em funcionamento, provocou um incêndio que durou uma semana, lançando na atmosfera um volume de radiação cerca de 30 vezes maior que o da bomba atômica de Hiroshima. A radiação espalhou-se, atingindo vários países europeus e até mesmo o Japão.
1986	Em Basiléia, Suíça, após incêndio em uma indústria foram derramadas 30 toneladas de pesticidas no Rio Reno, causando a mortandade de peixes ao longo de 193 km.
1989	Na madrugada de 24 de março de 1989, o navio-tanque Exxon-Valdez, ao se desviar de um <i>iceberg</i> , bateu num recife e a seguir encalhou no estreito do Príncipe William, no Alasca. O rombo aberto no casco deixou vaziar cerca de 44 milhões de litros de petróleo. O vazamento de óleo, o pior da história dos EUA, atingiu uma área de 260 km ² , poluindo águas, ilhas e praias da região. Morreram milhares de animais – peixes, baleias e leões-marinhos.

Fonte: Elaborado a partir de Dias (2003), Bogo (1998) e Cetesb.

1.2. Saneamento básico ameaçado

Aqui no Brasil, estudos e pesquisas revelam que a contaminação das águas de rios, lagos e lagoas aumentou nos últimos anos. Os relatórios foram realizados a partir de denúncias de agressão ao meio ambiente e ações civis públicas. Toda essa contaminação é consequência do despejo de material tóxico proveniente das atividades agroindustriais e industriais que utilizam as águas e as devolvem ao meio ambiente contaminadas (GABRIEL, 2009, p.22).

Dias, em pesquisas feitas sobre essa forma de contaminação, afirma:

Um dos piores casos de contaminação de águas, revelados pelo relatório, é o que foi provocado pelo aterro Mantovani, uma área do Município de Santo Antonio de Posse, na Região Metropolitana de Campinas (SP), onde mais de 50 empresas multinacionais depositaram toneladas de resíduos tóxicos de forma inadequada entre 1973 e 1987. Entre outras indústrias, Cargill, Monsanto, Philips, Petrobras, Du Pont, Chrysler, Bosch, Johnson & Johnson despejaram mais de 500 mil toneladas de material tóxico, contaminando rios e pessoas (DIAS, 2009, p.9)

O diagnóstico sobre o saneamento ambiental no Brasil diz que quase a metade da população não é atendida por sistemas de esgotos; milhões de cidadãos carecem de serviços de distribuição de água potável. Nas áreas rurais, não são servidas de redes gerais de abastecimento de água e mais da metade dos esgotos de todo o país são lançados, sem tratamento, diretamente nos mananciais de águas (GABRIEL, 2009, p. 18).

O impacto disso pode ser visto na saúde pública, as internações hospitalares de crianças de zero a cinco anos, decorrem da ausência ou da precariedade dos serviços de saneamento.

As políticas públicas de saneamento básico são bem vindas, porque através desses recursos pode-se ter um controle maior sobre esses incidentes. A participação da sociedade facilita a elaboração e a execução de um plano de saneamento básico atendendo as necessidades de cada região específica. Os seguintes autores declaram:

Os gestores do saneamento básico, ou governantes, precisam ter apoio para a tomada de decisão, seja na hora de escolher uma determinada técnica de tratamento de água para o abastecimento público ou de águas residuais, seja na escolha do atores que irão compor a estrutura que administrará a questão. Essas escolhas serão mais fáceis e acertadas se houver uma política pública de saneamento que as direcione (ROSSETTO e LERÍPIO, 2012, p. 32).

1.3. Protocolo de Kyoto: os gases na atmosfera

Na reunião de Kyoto, no Japão (1997), os países chegaram à triste conclusão de que os principais poluidores mundiais não estavam obedecendo às propostas e aos projetos da Eco 92; pelo contrário, os índices de degradação ambiental haviam e

continuam aumentando, os países que participaram foram: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Belarus, Bulgária, Canadá, Comunidade Européia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia. Com isso, elaboraram o Protocolo de Kyoto, que exigia uma redução de 5% na poluição atmosférica, tendo como base a poluição provocada em 1991 – com elevadas multas para quem descumprisse as exigências. Os países-potência não concordaram com Kyoto. Em agosto de 2001, na terceira reunião sobre clima, na Alemanha, o Protocolo de Kyoto foi reformulado reduzindo para 2% a poluição provocada em 1991 e os valores das multas. Com isso, os principais países aceitaram assinar o protocolo, exceto os EUA, alegando que ele prejudicava seu crescimento econômico (GABRIEL, 2009, p. 17).

O efeito estufa e a mudança climática foram temas debatidos nessa reunião no Japão, Dias traz mais informação sobre esse fenômeno:

O efeito estufa é um fenômeno que ocorre a partir da concentração excessiva, na atmosfera, de gases, tais como o dióxido de carbono (CO_2), o ozônio (O_3), o óxido nitroso (N_2O) e o metano (CH_4), entre outros, que absorvem uma quantidade maior de radiação infravermelha, provocando o aumento da temperatura da Terra. O problema é que a queima de carvão natural, petróleo e derivados (combustíveis fósseis) lança quantidades excessivas desses gases na atmosfera, provocando um aquecimento anormal do planeta. Em ocorrência desse fenômeno é que ocorre a mudança climática global (DIAS, 2009, p.118).

Dias complementa sobre a reunião:

A Convenção da Mudança Climática e o Protocolo de Kyoto são dois exemplos dos esforços empreendidos para desenvolver formas globais de controle das emissões e regular a utilização da atmosfera como um bem público global, de livre acesso. A estrutura obtida através destes esforços busca reduzir a emissão dos gases do efeito estufa em diferentes setores e países, começando por aqueles que mais contribuem para o agravamento do problema (DIAS, 2009, p.118-9).

1.4. Combustível não renovável

A economia mundial continua sendo uma das forças da degradação ambiental, tanto para perda das florestas, como pelo aquecimento da Terra resultado dos gases que são despejados na atmosfera por veículos e indústrias. Os pobres são os mais prejudicados, têm menos recursos para sobreviver. Percebe-se isso nos países desenvolvidos como por exemplo Estados Unidos e Japão, pois a expectativa de vida é maior do que nos países pobres. Muitos governos de países pobres se preocupam com a crise econômica e política a curto prazo. A administração e conservação dos recursos ambientais têm pouco destaque.

Muitos estudos mostram que a saída é a redução do consumo de matérias-primas e uma maior reutilização de matérias, como a reciclagem de materiais já utilizados. Os países em processo de industrialização, principalmente o Brasil, Rússia, Índia e China, tem uma necessidade urgente de atender a essa ideia e fazer o seu desenvolvimento de forma responsável e equilibrada.

A questão do combustível fóssil é agonizante, diante do caos que está a tona. O mundo precisa cada vez mais de combustíveis, o consumo de energia é gigantesco e a principal fonte é a de origem fóssil – carvão mineral, petróleo e gás natural – combustíveis que, quando queimados, jogam na atmosfera uma enorme quantidade de gases poluentes, responsáveis pela elevação do fenômeno natural chamado “efeito estufa”. A busca por um combustível renovável e menos poluente é uma necessidade urgente; algumas ações estão sendo feitas, porém ainda não estão surtindo efeito visível.

Sobre combustível fóssil, é oportuno transcrever aqui uma passagem:

Quando se vislumbra tal cenário, o que assusta não são apenas os riscos de profundas crises econômicas, resultantes da imprudência de não se ter cuidado de viabilizar a superação da economia ancorada no tripé petróleo-carvão-gás. É inevitável que se considerem, também, suas consequências para a segurança global, pois tais recursos têm distribuição geográfica que não atende aos interesses da maioria das potências, principalmente de algumas emergentes. Aliás, a decisão de criar o IPCC¹, há exatos 20 anos, saiu de conferência mundial em Toronto, cujo título enfatizava “as implicações das mudanças atmosféricas para a segurança global” (VEIGA, 2010, p.55).

Diante disso, o homem precisa ter respeito com a natureza e responsabilidades em seus atos para garantir no futuro a preservação do meio ambiente. Complementando a temática da produção e utilização de energia, observa-se o que diz :

O consumo de energia é a principal origem de grande parte dos impactos ambientais, em todos os níveis. Em uma escala micro, é o caso das doenças respiratórias pelo uso primitivo de lenha. Num nível macro, é a principal fonte das emissões de gases de efeito estufa, que intensificam as mudanças climáticas e causam perda de biodiversidade (GOLDEMBERG, 2008, p. 112).

[...]

A visão de que a natureza deve servir ao homem não justifica nem o desenvolvimento a qualquer custo, nem a desconsideração de impactos ambientais devido aos seus múltiplos tipos e intensidades. É necessário freqüentemente tomar decisões e, em especial para o setor energético [...] (GOLDEMBERG, 2008, p. 114).

O setor energético causa muitos impactos ambientais dependendo da forma como a energia é produzida e utilizada.

Á medida que o ser humano foi adaptando o meio ambiente às suas exigências, criando vacinas, meios de transportes, novas habitações, aparelhos sofisticados, novas formas de energia, explorando desordenadamente os recursos naturais, foi causando impactos e poluindo o ambiente. A explosão demográfica também teve sua influência: tendo necessidade de maior quantidade de alimentos, o homem precisou preservá-los, utilizando irracionalmente os defensivos agrícolas na lavoura e na indústria (GABRIEL, 2009, p. 20).

A questão ambiental ou ecológica é uma questão global, sendo necessária uma ação conjunta de todos os países do globo. As energias carbonadas, petróleo e carvão, principalmente, as queimadas, os gases emitidos pelas fábricas, são causas básicas do efeito de estufa, ilha de calor, chuva ácida ¹e inversão térmica, problemas sérios dos tempos atuais, que precisam ser urgentemente estudados, para chegar a uma solução.

¹ **Ilha de calor** (ou **ICU, ilha de calor urbana**) é a designação dada à distribuição espacial e temporal do campo de temperatura sobre a cidade que apresenta um máximo, definindo uma distribuição

Atualmente uma das conclusões aceitas pela maioria dos cientistas é que ao final do século XXI a temperatura do planeta poderá se elevar em até 5 graus (GABRIEL, 2009, p. 20). Os gases de estufa provenientes da queima dos combustíveis fósseis, em especial o petróleo e o carvão fazem crescer a necessidade de fontes alternativas como a solar, a eólica, a das marés, a dos gêiseres ou a de biomassa, que são as fontes da revolução técnico-científica.

2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

As possibilidades de sobrevivência da espécie humana no futuro estão no “desenvolvimento sustentável”, por isso, é necessário entender profundamente essa expressão. Por um lado é a saída para a crise entre o ser humano e natureza, mas, por outro, é notório ver que produção sustentável está sendo usada de forma imprópria, como por exemplo, multinacionais poluidoras se auto-intitulam “empresas sustentáveis” (Almeida, 2004).

Existe a necessidade urgente de ser construída a sustentabilidade como uma função cultural, que passe a ser vivida em todo contexto de vida humana. Em si mesma a sustentabilidade, como uma nova maneira do ser humano se relacionar com a natureza, pode orientar as pessoas a exercerem uma cidadania que se preocupa em praticar no dia a dia atitudes que colaborem de forma positiva para eliminar o descaso com o meio ambiente. São ações de sustentabilidade que o cidadão e a cidadã aprendem a exercer na sua cidade, no trabalho, em sua própria casa.

de isotermas que faz lembrar as curvas de nível da topografia de uma ilha, daí a origem do nome *ilha de calor*. (Disponível em www.wikipédia.org.br acesso em 11/06/2012 as 16h17min).

No final da década de 1990, certas tendências preocupavam a opinião pública. Noticiava-se uma possibilidade de um colapso² global, pois era detectado problemas irreversíveis, na sociedade industrial, por exemplo, baseada em combustíveis fósseis, os quais poderiam chegar ao fim. As estruturas econômicas, políticas, tecnológicas e sociais não podiam mais entender a complexidade dos problemas. Então será necessário “desenvolver um modo radicalmente diferente de perceber, pensar, agir e valorar se quisermos fazer a transição para um futuro sustentável” (PALSULE, 2004, p.34).

Palsule(2004) cita os ingleses Donella Meadows, Dennis Meadows e Jorgen Randers, que escreveram um livro chamado *Beyond the limits: global collapse or a sustainable future*, ainda sem tradução para o português, fizeram estudos e pesquisas muito importantes e esclarecedoras, nos quais relatam:

[...] que o crescimento populacional, o crescimento industrial e a redução de recursos estão levando a sociedade humana para além de seus limites ecológicos. Esse é o estado que teóricos de sistemas chamam de “extrapolação e colapso”. Os autores admitem que nós já entramos nesse estágio. (PALSULE 2004, p.34)

Quando é mencionado colapso, o que se entende é que se esgotaram as fontes, que chegou o fim, um desgaste sem recuperação, assim Palsule continua ponderando nos estudos e pesquisas dos autores ingleses mencionados:

[...] o estrangulamento da economia que ocorre a partir do momento em que combustíveis e matérias-primas declinam em qualidade e acessibilidade: a sua obtenção e preparação para uma forma economicamente utilizável passam a requerer quantidades crescentes de energia. A produção industrial chega a um pico e começa a declinar, enquanto a economia como um todo já não é mais capaz de sustentar o crescimento. O alimento *per capita* começa a cair pela mesma razão: a

² Colapso – Diminuição repentina de uma função vital. (Disponível em www.wikcionário.org.br acesso em 11/06/2012 as 16h19min).

economia não pode mais prover investimentos para a agricultura, bens e serviços. Finalmente, a economia começa a sucumbir em espiral, levando, junto com ela, serviços de atendimento à saúde e consumindo recursos pelo cominho. Índices de mortalidade sobem dramaticamente enquanto os ecossistemas mundiais são devastados (PALSULE, 2004, p. 34).

De fato, em nenhum momento, da história humana, a humanidade esteve sob pressão: ou muda a visão de mundo em relação ao limite ecológico e a necessidade de perceber a relação entre os seres humanos e a Terra ou o fim é inevitável. A escolha que a humanidade fizer fará toda a diferença (PALSULE, 2004, 34).

2.1. Política e movimentos ambientalistas

A crise ambiental vem suscitando mudanças na política. Não apenas as preocupações ecológicas cresceram nos debates e nos programas políticos e de partidos, como também novas propostas surgiram. Até mais ou menos a década de 1960 era raro um partido político, em qualquer parte do mundo, que tivesse alguma preocupação com a natureza. Hoje esse tema ganha certo destaque nos programas, nas promessas eleitorais, nos discursos e algumas vezes até na ação dos diversos partidos em muitas partes do mundo. Aumentaram os ecologistas, as organizações e os movimentos em prol do meio ambiente, assim como os partidos denominados verdes, que defendem uma relação entre a sociedade e o meio ambiente (GABRIEL, 2009, p. 19).

Durante muito tempo o ser humano se gloriou em seu progresso, acreditava que a natureza fosse infinita: poderia continuar usando petróleo, ferro, manganês, carvão, água, urânio etc. à vontade. Sempre teria a natureza como um mero recurso para a economia.

Porém, hoje sabemos que a natureza é que permite a existência da vida e fornece os bens que utilizamos e ela não é infinita, ao contrário, possui limites que, apesar de amplos, já começam a ser atingidos pela ação humana. É necessário repensar o modo de vida e de consumo, e não mais ter a produção voltada unicamente para o lucro e sem nenhuma preocupação com o futuro do planeta.

Algumas mudanças podem ser efetivadas se escolher tecnologia limpa, que é menos poluidora e agir através da legislação com cobrança de taxa de poluição, também a introdução de novas tecnologias de reciclagem, iniciativas de cidadãos para reduzir o consumo e incentivar a reciclagem como por exemplo, a seleção de lixo.

Essa preocupação vem sendo discutida há tempos. Em 1972, houve uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na Suécia e ficou conhecida como Conferência de Estocolmo. Esteve presente nessa Conferência 113 países e 250 organizações não-governamentais. Um evento importante que contribuiu para consolidar a necessidade da sociedade atentar-se para a questão da preservação ambiental. Kohler traz detalhes dessa Conferência:

Os principais documentos desse encontro foram: a Declaração sobre o Ambiente Humano (ou Declaração de Estocolmo) e o Plano de Ações para o Meio Ambiente. O primeiro conclamava a humanidade para a necessidade de aumentar o número de trabalhos educativos voltados às questões ambientais; o segundo estabeleceu as bases para o bom relacionamento do desenvolvimento econômico com o meio ambiente. Essa conferência ressaltou também o conflito entre os países desenvolvidos e os não-desenvolvidos. [...] os países desenvolvidos estavam preocupados com a poluição industrial, a escassez de recursos energéticos, a decadência de suas cidades e com outros problemas decorrentes dos seus processos de desenvolvimento. Já os países não-desenvolvidos tinham suas preocupações dirigidas aos elevados níveis de pobreza e de desemprego e aos baixos indicadores de qualidade de vida [...](KOHLENER, 2005, p. 714).

Foi uma Conferência que teve repercussão através do tempo, porque até hoje colhe-se os frutos desse trabalho que trouxe transformações em toda sociedade por uma nova consciência voltada para o desenvolvimento sustentável.

Estocolmo foi um marco e um divisor de águas no processo de mudança que chega aos nossos dias. Significou um estímulo para o crescimento da temática ambiental, seja na sociedade civil, seja nas preocupações da ciência, seja na criação de instrumentos institucionais e de legislação apropriada para tratar dos problemas decorrentes do desequilíbrio ecológico e sua preservação (Secretaria de Estado do Meio Ambiente 1997, p.9, *apud* KOHLER, 2005, p. 714).

O MERCOSUL foi constituído em 1991 pelo Tratado de Assunção, os países que o compõem são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e em 2005 acrescentaram o Chile, Bolívia, Peru e Venezuela, a temática ambiental aparece em seu discurso inicial, constitui condição fundamental acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social e que esse objetivo deve ser alcançado mediante, entre outros fatores, aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis e preservação do meio ambiente.

As ONGs³ – Organizações Não Governamentais – começou a surgir a partir da década de 1960. Essas ONGs são organizações da sociedade civil, formada por grupos de pessoas que não tem ligações com o governo, nem com empresas, sindicatos, partidos políticos e que desejam resolver e defender problemas da sociedade. Assim, existem ONGs para defender as florestas, as crianças de rua, os direitos humanos, as tartarugas marinhas, as adolescentes grávidas, os prédios históricos etc. elas defendem os direitos básicos da cidadania, pressionam o Estado para que respeite os direitos dos cidadãos. Elas surgiram na Europa, inspiradas pelo espírito contestador dos anos 1960. Sua ideia é a de que as pessoas devem se unir e se organizar de forma independente para mudar as coisas. No Brasil, as ONGs surgiram nos anos 1980.

O WWF (*World Wildlife Fund*) – primeira ONG ambientalista de cunho mundial, foi criada em 1961. Está voltada para a defesa de espécies ameaçadas de extinção, de áreas virgens e ao apoio a educação ambiental. Em 1971, o *Greenpeace*, criado para impedir um teste nuclear na costa do Alasca, nos Estados Unidos, passou a ser o movimento ambientalista de maior projeção internacional. (GABRIEL, 2009, p. 21).

O IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change* ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) foi estabelecido para fornecer informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas. O Painel consiste na reunião dos maiores cientistas especialistas

³ As **Organizações não governamentais (ONGs)** atualmente significam um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania. (Disponível em www.wikipédia.org.br acesso em 11/06/2012 as 16h20min).

em suas áreas para avaliar a literatura científica sobre mudança do clima. Conta com uma pequena estrutura administrativa – cinco pessoas – e convida os cientistas do mundo, especialistas em mudanças climáticas, a participarem, de modo voluntário e não remunerado, da elaboração de Relatórios de Avaliação periódicos sobre o status da ciência do clima, por meio de revisão da literatura científica publicada na área de mudança do clima. Os relatórios são publicados em geral a cada cinco anos. Além dos relatórios de avaliação, o IPCC também elabora relatórios temáticos especiais, conforme solicitação da comunidade científica ou da Convenção sobre Mudança do Clima (GABRIEL, 2009, p. 22).

2.2. Os problemas ambientais dos grandes centros

De modo geral os problemas ambientais são mais intensos nas grandes cidades do que nas pequenas ou na área rural. Além da poluição atmosférica, as metrópoles apresentam outros problemas.

Acúmulo de lixo e de esgotos, que poderiam ser recuperados para a produção de gás (biogás) ou adubos. Esses esgotos e resíduos de indústrias são despejados nos rios, que sofrem as consequências com a morte de seus peixes e se tornam imundos e malcheirosos. Em algumas cidades, amontoa-se o lixo em terrenos baldios, provocando a multiplicação de ratos e insetos.

Congestionamento freqüente de automóveis, muitos moradores de periferia, nos países do Sul, gastam até quatro horas por dia só no caminho para o trabalho.

Poluição sonora. Provocada pelo excesso de barulho (dos veículos automotivos, fábricas, obras nas ruas, grande movimento de pessoas e propagandas comerciais de muito barulho). Pode causar problemas na saúde da população.

Falta de áreas verdes (parques, reservas florestais, áreas de lazer e recreação etc.). Em decorrência da falta de áreas verdes, agrava-se a poluição atmosférica. Também limita a população as oportunidades de lazer.

Todos esses problemas citados são realidades dos grandes centros urbanos. Quase tudo é artificial. O próprio clima das grandes cidades que normalmente faz mais

calor e chove um pouco mais que nas áreas rurais vizinhas; além disso, nessas áreas são comuns as enchentes. A questão do calor é devido o asfaltamento das ruas, as imensas áreas de concreto, a carência de áreas verdes, a presença grande de gás carbônico na atmosfera (que provoca o efeito estufa). Já as enchentes, se deve principalmente à da dificuldade da água das chuvas de se infiltrar no subsolo, pois há muito asfalto.

2.3. Problemas ambientais: requerem uma nova atitude dos empresários e administradores

A solução para diversos problemas ambientais, ou pelo menos a sua minimização, exige uma atitude diferente dos empresários e administradores, que devem tomar decisões passando a considerar o meio ambiente e desenvolver meios que contribuam para a responsabilidade social executar seu papel. As questões ambientais passaram a ter suas relevâncias no cenário corporativo. As preocupações em harmonizar com as legislações ambientais fazem o meio empresarial desenvolver projetos e ações que cuidem do meio ambiente. Alguns problemas ambientais e sociais podem ser equilibrados quando se adota alguns recursos sustentáveis como o uso de tecnologias limpas, reuso, reciclagem ou renovação de recurso; restaurando os danos causados, se houver; contribuindo dessa forma para um comprometimento com o desenvolvimento e a preservação ambiental.

Como bem observa:

A lesão ao meio ambiente natural, poderá comportar indenização em face de dano material ou mesmo dano à imagem, observando-se sua condição de direito metaindividual em proveito da coletividade. A indenização que assumirá repercussão metaindividual na forma da Lei nº 8.078/90, com parâmetros definidos na Carta Magna ⁴observará a especificidade de cada

⁴ Considera-se a Magna Carta o primeiro capítulo de um longo processo histórico que levaria ao surgimento do [constitucionalismo](#). (Disponível em www.wikipédia.org.br acesso em 11/06/2012 as 16h25min).

um dos recursos ambientais, sempre vinculada à necessidade da pessoa humana. (FIORILLO, 2010, p.93).

Diante dessa afirmação, empresários e administradores se empenham em gerenciar suas empresas e instituições de maneira correta, seguindo as leis impostas para respeitar e preservar o meio ambiente, uma vez que, se não observarem essas leis poderão ser penalizados.

A população se conscientiza procurando cada vez mais utilizar produtos e serviços ambientalmente saudáveis. Esse novo tipo de consumidor está adquirindo a prática de diferenciar produtos e serviços pelo desempenho ambiental. Como bem exemplifica Albuquerque:

Os rótulos e as declarações ambientais, popularmente denominados selos ou rótulos verdes, indicam atributos ambientais em produtos e serviços, que podem tomar a forma de afirmações, símbolos aplicados nos produtos ou nas suas embalagens, informações em bulas e manuais, expressões de propaganda, anúncios publicitários e outras formas de comunicação direta com os consumidores. O objetivo é atrair consumidores ou usuários que se preocupam com o meio ambiente, destacando a qualidade do produto ou serviço em termos ambientais, por exemplo, biodegradabilidade, retornabilidade, percentual de material reciclado e eficiência energética. Na medida que diferenciam produtos e serviços em função dos seus impactos ambientais, os rótulos e as declarações podem se tornar instrumentos da estratégia de *marketing* da empresa. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 200).

A prevenção da poluição, faz parte das atitudes empresariais e requer mudanças em processo e produtos antes que eles sejam produzidos ou lançados no meio ambiente. Os rejeitos (produtos que sobram) são tratados e dispostos por meio de tecnologias de controle de poluição. Quando a poluição diminui, aumenta a produtividade da empresa. Essa medida proporciona melhora geral das condições de trabalho e da imagem da empresa. Barbieri faz o seguinte comentário:

A prevenção da poluição combina duas preocupações ambientais básicas, uso sustentável dos recursos e controle da poluição. Os instrumentos típicos para o uso sustentável podem ser sintetizados pelas seguintes atividades, conhecidas como 4Rs, redução de poluição na fonte, reuso, reciclagem e recuperação energética (BARBIERI, 2007, p. 123).

Reduzir é um caminho que deve ser trilhado, não depende de quantidade e características dos poluentes, com a redução o peso diminui, o volume dos resíduos também. A produção mais limpa numa empresa é uma estratégia ambiental de prevenção aplicada a produtos e serviços internos. Reaproveitar o resto de matéria prima. Reciclar, reaproveitar, são alternativas que garantem a ecoeficiência, um termo que segundo Barbieri faz diferença:

Ecoeficiência se alcança pela entrega de produtos e serviços com preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e melhorem a qualidade de vida, enquanto reduzem progressivamente os impactos ecológicos e a intensidade dos recursos ao longo do seu ciclo de vida para no mínimo manterem a capacidade dos recursos ao longo de seu ciclo de vida para no mínimo manterem a capacidade de carga estimada no planeta (BARBIERI, 2007, p. 137-8).

2.4. Responsabilidade social: respeito ao meio ambiente

A Responsabilidade Social tornou-se tema importante para a Administração e também para a Gestão Organizacional que além de produzir bens e serviços, é preciso ter uma relação saudável com o meio ambiente. Deve haver um equilíbrio entre os interesses da empresa e da comunidade.

As pessoas precisam trabalhar. As organizações contratam pessoas, se relacionam com toda a sociedade, oferecem e recebem serviços que normalmente visam lucros. Essas organizações são produtoras de bens e serviços e também responsáveis pelo bem-estar de seus funcionários e da sociedade. O meio ambiente, o valor atribuído ao ser humano e sua cultura são fatores importantes que refletem diretamente no

sucesso da empresa e forte elemento na competitividade do mercado (AMORIM, 2009 p. 130).

Ainda citando AMORIM complementamos essa ideia:

Hoje muitos executivos já têm a consciência de que só se terá um desenvolvimento sustentável de longo prazo com ações de responsabilidade social, e que a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que a organização está inserida também irá levar a uma maior lucratividade, além da imagem projetada pela empresa para seus clientes, concorrente e parceiros que pressionam a novas legislações nessa área. É a ideia da conservação ambiental para gerações futuras, limitando o uso de recursos não renováveis, desenvolvendo uma cultura de maior aproveitamento e reciclagem (AMORIM, 2007, p. 137.).

No século XX houve as invenções práticas e facilitadoras para o dia a dia do homem, como exemplo pode-se citar as fraldas descartáveis, os celulares, os computadores, as garrafas pet, e outras, que infelizmente hoje no século XXI são consideradas problemas, se tornam toneladas de lixo, e alguns tóxicos e sem condições de reutilizar o que provocam contaminações no solo, água e ar. Então se faz urgente ações que controlem a poluição, que façam o reflorestamento, que reciclem plástico, que promovam a limpeza dos mares, rios e lagos, essas ações são de responsabilidade social e devem ser desenvolvidas pelas empresas e organizações, pois são as produtoras desses bens, e as principais responsáveis pela poluição.

O exercer essa responsabilidade social está bem colocada por Welzel, Luna e Bonin (2008, apud AMORIM, 2009, p. 135):

Não existe uma definição unanimemente aceita para a expressão Responsabilidade Social Corporativa, mas de forma ampla, a expressão se refere às decisões de negócios tomadas como base em valores éticos que incorporam dimensões legais, o respeito por elas pessoas, comunidades e meio ambiente.

Essa responsabilidade leva a uma educação ambiental, que desperta o ser humano para a necessidade de uma vida que mantenha relação saudável com o meio ambiente e através dessa interação surja uma qualidade de vida melhor para todos, apenas desenvolvendo uma nova consciência com a natureza e adotando algumas atitudes que no final fazem uma grande diferença. Como Toledo mostra

A educação ambiental, por sua natureza integradora, pois permeia inúmeras áreas do conhecimento, pode ser trabalhada dentro dos mais variados contextos. Entre eles, destacam-se as atividades realizadas em áreas que permitem um contato direto com a natureza, como o estudo do meio, trilhas interpretativas e o ecoturismo, frequentemente realizadas tanto em unidades de conservação como em parques estaduais (TOLEDO, 2005, p. 753).

Esse mesmo autor também acrescenta

A educação ambiental deve ser um processo contínuo de construção da cidadania, possibilitando aos indivíduos e à coletividade conscientes atuar na busca de soluções para problemas que afetam a todos (TOLEDO, 2005, p. 753).

As transformações e a influência das questões ambientais nos negócios geram decisões estratégicas com significativas vantagens competitivas para as empresas. Ao estudar e planejar meios para reduzir o impacto ambiental, as empresas estão descobrindo que é possível economizar e ainda obter lucros com a responsabilidade social, como Tachizawa exemplifica:

A 3M, por exemplo, deixou de despejar desde 1975, 270 mil toneladas de poluentes na atmosfera e 30 mil toneladas de efluentes nos rios, e está conseguindo economizar mais de US\$810 milhões combatendo a poluição nos 60 países onde atua. Outra empresa, a *Scania Caminhões*, contabiliza economia em torno de R\$ 1 milhão com programa de gestão ambiental, que reduziu 8,6% no consumo de energia, de 13,4% no de água e 10% no volume de resíduos produzidos apenas no ano de 1999 (TACHIZAWA, 2009, p. 6).

Diante disso, a responsabilidade social voltada para uma educação ambiental em todos os setores da sociedade, tomando atitudes conscientes e despertando para um novo modo de vida diante da preservação ambiental, o ser humano dará um grande passo para o futuro com o desenvolvimento sustentável adequado e a garantia de uma vida mais confortável e segura.

3. SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL

Os sistemas de gestão ambiental facultativo para as entidades empresariais implicam vários fatores, elementos e ideias subjacentes que formam uma visão geral do que será estudado sobre o tema Chiavenato (2004, p.475) mostra o conceito de sistema: “A palavra sistema denota um conjunto de elementos interdependentes e interagentes ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado. Sistema é um conjunto ou combinações de coisas ou partes formando um todo unitário”.

Quando se fala em sistema de gestão ambiental envolve toda uma estrutura em relação ao meio ambiente. Fala-se de empresas, de ações, de leis, de consciência, de atitude, de prevenção, de preservação, enfim, é um complexo conjunto para dar uma definição sobre os modelos de gestão ambiental suas particularidades, bases legais e ainda o faculta a elaboração de um modelo específico que atende interesses pertinentes a determinada empresa. Numa atitude para que algo seja melhorado em prol do meio ambiente, as pessoas se mobilizam, e participam de campanhas e começam a adotar medidas corretas para coletas de lixo, por exemplo.

A empresa que não é preocupada com as questões do meio ambiente precisa urgentemente adotar todas as medidas corretas para a preservação ambiental o que favorece a sua própria imagem, que é muito importante, uma vez que, a sociedade já valoriza e reconhece empresas comprometidas com o meio ambiente.

Diante de tais transformações, a sociedade pressiona as organizações para se adequarem às leis ambientais e se comprometerem com responsabilidade no cuidado ao meio ambiente. Em pesquisas recentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Ibope mostra que as questões ambientais e ecológicas não são passageiras, essa

consciência em relação ao meio ambiente veio de forma permanente e definitiva, de acordo com Tachizawa: “Pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI e do Ibope mostra o contrário. Revela que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente” (TACHIZAWA, 2009, p. 6).

Toda empresa precisa se adequar a realidade da preservação ambiental e ter o seu próprio plano de gestão ambiental, “[...] sistema de gestão ambiental é um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou para evitar o seu surgimento”(BARBIERI, 2007, p.153).

Esse mesmo autor descreve mais sobre um sistema de gestão ambiental:

Um sistema de gestão ambiental (SGA) requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados. Também é necessário o envolvimento de diferentes segmentos da empresa para tratar das questões ambientais de modo integrado com as demais atividades empresariais. Um dos benefícios da criação de um SGA é a possibilidade de obter melhores resultados com menos recursos, em decorrência de ações planejadas e coordenadas (BARBIERI, 2007, p. 153).

O processo de desenvolvimento da sociedade para as melhorias de condições de vida para as populações foi vista de forma preocupante, tendo uma necessidade urgente de todos os países se unirem e criarem condições sustentáveis para esses desenvolvimentos. Foi criado então entidades preocupadas com a questão ambiental no mundo todo.

Houve então, a necessidade de criar instituições que estivessem voltadas para as questões internacionais. Em 1947 foi criado a *International Organization for Standardization* (ISO), que é uma regulamentação com o objetivo de normalizar e facilitar as trocas de bens e serviços no mercado internacional. Também foi criado em 1992 a norma BS 7750, sobre SGA, como também o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, conhecido pela sigla Emas (*Econ Management and AuditScheme*) na União Europeia e no Canadá a norma CSAZ 750 de 1994, além da UNE 7781 na Espanha também em 1994 (BARBIERI, 2007, p. 159).

Diante desses novos meios de SGA, veio junto a preocupação com possíveis problemas ou barreiras que atrapalhassem o desenvolvimento do comércio internacional, assim a ISO criou uma assessoria para estudar esses novos modelos de SGA para permitir que o comércio internacional, funcionasse normalmente. Barbieri faz essa observação:

[...] a ISO criou em 1991 um grupo de assessoria denominado *Strategic Advisory Group on the Environment* (Sage), para estudar os impactos dessas normas ambientais sobre o comércio internacional. Ao final de 1992, o Sage recomendou a criação de um comitê específico para a elaboração de normas sobre gestão ambiental.

As normas que integram a família ISO 14000 começaram a ser elaboradas em 1993 pelo Comitê Técnico 207 (TC 207)[...] (BARBIERI, 2007 p. 159-60).

O Comitê Técnico 207 (TC 207), produziu algumas normas sobre gestão ambiental dentro da família ISO, aplicadas às organizações que são sistemas de gestão ambiental e auditoria ambiental, para estruturar e nortear os rumos de produção e troca de serviços como comenta Barbieri:

A auditoria ambiental e a avaliação ambiental e a avaliação do desempenho ambiental são dois tipos de instrumentos de gestão ambiental que permitem à administração avaliar o *status* da atuação ambiental da organização e identificar as áreas ou funções que necessitam de melhoria. A auditoria ambiental tratada pelas normas ISO 14000 é uma avaliação periódica para verificar o funcionamento do SGA. A avaliação do desempenho ambiental é um processo permanente de coleta e análise de dados e informações para verificar a situação atual das questões ambientais pertinentes à organização e prever as tendências futuras com base em indicadores previamente estabelecidos (BARBIERI, 2007, p. 163).

As normas ISO 14001 e 14004 sobre sistemas de gestão ambiental concluídas em 2004 fornecem diretrizes gerais para uma empresa se equipar e trabalhar buscando melhorias e desenvolvendo políticas ambientais favoráveis para seu funcionamento.

Para ISO 14001 impacto ambiental é qualquer transformação que acontece no meio ambiente que vem de vários aspectos como uso de água, matérias-primas, energia

e outros recursos, esses impactos interagem com o ambiente de diversas formas, portanto, orientação dessa norma ajuda as organizações a exercerem o compromisso com a preservação ambiental (BARBIERI, 2007, p. 172).

Conforme a definição da ABNT para ISO 14001, ela defini que as empresas devem se adequar e procurar melhoria contínua, observando também as condições econômicas:

O Anexo A da norma ISO 14001, de caráter informativo, explica que essa norma assume como premissa que a organização irá analisar e avaliar periodicamente o seu SGA para identificar oportunidades de melhorias e que irá implementá-las, segundo a velocidade, extensão e tempo determinados por elas e conforme suas circunstâncias econômicas (*apud* BARBIERI, 2007, p.168).

Barbieri comenta sobre a ISO 14004, referente a política ambiental, que essa norma oferece sistemas e técnicas de apoio a empresa que são a base para criar uma responsabilidade, expondo suas intenções dentro dos princípios de desempenho ambiental, recomenda o compromisso com a prevenção da poluição, :

De acordo com a ISO 14004, a política ambiental estabelece os níveis de responsabilidade e desempenho ambiental requeridos pela organização, pelos quais todas as ações subseqüentes serão julgadas. Os debates sobre a definição da política devem ser antecedidos por uma avaliação ambiental inicial, para assegurar que ela seja estabelecida com base no reconhecimento dos impactos ambientais que a empresa produz (BARBIERI, 2007, p. 170).

A *International Chamber of Commerce* (ICC), é uma entidade não-governamental e voluntária, voltada para o comércio internacional, e preocupada com as questões ambientais entre as empresas, propôs um modelo de SGA:

O SGA proposto pela ICC é constituído por um conjunto articulado de processos administrativos (planejamento, organização, implementação e controle) integrado à gestão empresarial global mediante uma política ambiental formulada pela própria empresa e coerente com sua política global. É a política ambiental que dará sentido às incontáveis ações que serão realizadas na empresa (BARBIERI, 2007, p. 154).

Outro sistema de gestão ambiental que foi proposto para ajudar a desenvolver as políticas ambientais nas empresas está assim abordado “[...] foi estabelecida pelo Regulamento nº 1.836, de 1993, do Conselho da Comunidade Econômica Europeia, que instituiu o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, conhecido pela sigla Emas (*Econ Management and Audit Scheme*)” (BARBIERI, 2007, p. 156).

O Emas (*Econ Managemmmment and Audit Sheme*) é um sistema voltado para a participação de todas os órgãos da sociedade e é preocupado com melhoria dos trabalho dedicados a preservação ambiental:

[...] no início o Emas era um sistema de gestão ambiental aberto à participação voluntária apenas para as empresas industriais. O Regulamento nº 761/2001 do Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, ao substituir o de 1993, tornou o Emas acessível a qualquer organização interessada em melhorar seu comportamento ambiental (BARBIERI, 2007, p. 156).

Alguns modelos de gestão ambiental apresentados por Barbieri, tais como o Emas ajudam as empresas a desempenharem seus papéis na sociedade compromissados com o meio ambiente. Esses modelos incluem Gestão da Qualidade Ambiental Total (TQEM) que tem como o interesse na mobilização da organização, seus clientes e parceiros para as questões ambientais. Também Produção Mais Limpa (*cleaner production*) que tem como estratégia ambiental preventiva e a substituição de materiais perigosos e a minimização de resíduos. A Ecoeficiência (*eco-efficiency*) dá ênfase nos recursos ecológicos na eficiência desses recursos para atender às necessidades humanas. E ainda o Projeto para o meio ambiente (*design for environment*) que inclui a preocupação ambiental desde a concepção do produto ou processo (BARBIERI, 2007, p. 145).

Empresários e administradores precisam considerar o meio ambiente como parte fundamental de decisões a serem trabalhadas. Os empresários se preocupam com os problemas ambientais porque vêm três forças grandes que se interagem reciprocamente, são elas: o governo, a sociedade e o mercado os quais agem pressionando. Se não houvesse essa cobrança por parte do governo e da sociedade, certamente não haveria crescimento das empresas em matéria ambiental, como se tem notado. Também as

legislações ambientais, na tentativa de solucionar problemas ambientais, pressionam toda a sociedade com o objetivo de ajudar no desenvolvimento equilibrado entre economia e meio ambiente. Barbieri faz uma importante observação:

A aprovação de leis ambientais com a frequência com que se observa na atualidade mostra que o tema entrou definitivamente na agenda dos políticos. As organizações da sociedade civil que atuam nas áreas ambientais e sociais têm se tornado influências poderosas que se manifestam por meio de denúncias, da formação de opiniões perante o grande público, de pressões políticas nas instâncias legislativas e executivas e de cooperação com as empresas. O crescente envolvimento das ONGs nas questões globais tem sido uma garantia de que as resoluções e recomendações dos acordos ambientais não acabem esquecidas nas gavetas dos governantes (BARBIERE, 2007, p. 114)

As empresas sofrem fortes pressões vindas de várias fontes. Sendo um deles o setor de seguro exerce pressão para que as empresas sejam eficazes em seus desempenhos ambientais, porque os sinistros ambientais provocam graves conseqüências na natureza e se tornam onerosos ao extremo. Outra fonte advém do aumento de consciência das pessoas em geral, pessoas que procuram cada vez mais consumir produtos que oferecem serviços ambientalmente saudáveis. Com tudo isso percebe-se que não faltam pressões para que as empresas adotem medidas para a preservação do meio ambiente, o que fortalece muito a imagem da empresa, que se mostra preocupada com o futuro do planeta.

Com toda essa questão ambiental levantada as empresas precisam andar de acordo com as legislações ambientais, nesse ponto entra em ação as instituições voluntárias da PNUMA(Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), como bem coloca BARBIERI (2007, p. 116):

As instituições signatárias da iniciativa voluntária promovida pelo PNUMA se comprometem a fortalecer a atenção prestada aos riscos ambientais em suas atividades básicas, que compreendem a gestão de risco, prevenção de perdas, projeto de produtos, tramitação das reclamações e gestão de ativos. Comprometem também a auxiliar seus clientes, sócios e fornecedores a cumprirem a legislação ambiental e a adotarem melhores práticas administrativas e operacionais.

3.1. As empresas e seus produtos valorizados pela preservação ambiental

Os rótulos que as empresas utilizam para demonstrar sua preocupação ambiental são chamados de selos ou rótulos verdes, indicam como os produtos estão ajudando a preservar o meio ambiente. Já é grande o número de consumidores em busca desses selos nos produtos. Existe, percebe-se, a preocupação da população com o meio ambiente, provavelmente através de informações repassadas pelos meios de comunicação, e as mudanças climáticas sentidas, as pessoas querem exercer seu papel de cidadãos em ajudar a preservar o meio ambiente. Por isso a preocupação em adquirir produtos de empresas que tenham essa responsabilidade de respeitar e ajudar a preservar o meio ambiente.

Sobre os rótulos, Barbieri (2007, p. 116) faz o seguinte comentário:

Os rótulos e as declarações ambientais, popularmente denominados selos ou rótulos verdes, indicam atributos ambientais em produtos e serviços, que podem tomar a forma de afirmações, símbolos aplicados nos produtos ou nas suas embalagens, informações em bulas e manuais, expressões de propaganda, anúncios publicitários e outras formas de comunicação direta com os consumidores. Seu objetivo é atrair consumidores ou usuários que se preocupam com o meio ambiente, destacando as qualidades do produto ou serviço em termos ambientais, por exemplo, biodegradabilidade, retornabilidade, percentual de material reciclado e eficiência energética. Na medida que diferenciam produtos e serviços em função dos seus impactos ambientais, os rótulos e as declarações podem se tornar instrumentos da estratégia de *marketing* da empresa (BARBIERI, 2007, p. 116).

As empresas que têm uma administração correta e que se preocupa com a preservação ambiental consegue se destacar no mercado competitivo, porque ela já faz parte da nova concepção que as pessoas possuem a respeito do meio ambiente. No entanto, uma administração organizada depende de alguns fatores como bem coloca Chiavenato (2004, p. 13):

A Administração é um fenômeno universal no mundo moderno. Cada organização requer o alcance de objetivos em um cenário de concorrência acirrada, a tomada de decisões, a coordenação de múltiplas atividades, a condução de pessoas, a avaliação do desempenho dirigido a metas previamente determinadas, a obtenção e a alocação de recursos etc. Numerosas atividades administrativas desempenhadas por vários administradores, orientadas para áreas e problemas específicos, precisam ser realizadas e coordenadas de maneira integrada e coesa em cada organização ou empresa.

Posto isso, é necessário comentar a importância do *marketing* para as empresas que têm em seus produtos selos ou rótulos verde, uma vez que a população já sabe escolher e os preferem.

Numa estratégia de *marketing* “que são os meios e métodos que a empresa deverá utilizar para atingir seus objetivos” (DORNELAS, 2008, p. 138), as empresas que observam as regras de preservação ambiental, de forma séria e comprometida, têm em seus produtos especificações de como foram produzidos e o quanto se observou a preservação do meio ambiente. Como foi exposto, a população já tem consciência de preservação ambiental e desejam exercer essa cidadania, fiscalizando e contribuindo com quem tem a mesma visão. Provavelmente essas empresas são as que vão liderar o mercado, sobressaindo na competitividade, fazendo uma projeção de vendas superior as demais. Sobre a importância do produto Dornelas comenta:

Posicionar o produto no mercado significa direcionar o produto para atender às expectativas e necessidades do cliente-alvo escolhido, no segmento de mercado definido. Com isso, a empresa estabelece uma imagem do produto junto aos clientes, tentando se diferenciar de alguma forma da concorrência. Isso pode ser feito pela criação de variações de produto, opcionais, acessórios, kit completo, peças individuais etc. (DORNELAS, p.139).

Nesse sentido, os rótulos dos produtos oferecendo informações sobre o cuidado e zelo com o meio ambiente, são direcionados a todos os públicos, uma vez que essa preocupação é para todos os seres humanos, para todo o planeta.

Algumas pesquisas apontam como essas empresas têm trabalhado para a preservação ambiental:

Das 145 empresas com área verde sob domínio voluntário, 50% promovem projetos de preservação da flora em 2011 (ante 30,5% das companhias em geral). Com a alta registrada neste ano, o percentual retornou aos níveis de 2007, quando a pesquisa de Análise foi iniciada. O setor industrial é o que registra maior número de unidades com esse tipo de programa, com 61,6% do total em 2011. Em seguida aparecem os setores de serviços (21,9%), agroindústria (15,1%) e comércio (1,4%). Entre os ramos de atividade, o alimentício é o que concentra o maior número de projetos de preservação da flora, com 11% do total. Na sequência estão os segmentos de energia elétrica e metalurgia e siderurgia, com 6,8% cada. Os ramos de água e saneamento, química e petroquímica, mineração e veículos e peças aparecem em terceiro lugar, com 5,5% cada. No segmento de alimentos, 50% das empresas tem projetos de preservação da flora – percentual igual ao registrado nos ramos de química e petroquímica e de papel e celulose (AISSA, 2011, p. 42).

3.2. As empresas voltadas para a gestão ambiental

Muitas empresas tem-se mobilizado, se equipado, se organizado para atender todas as demandas relacionadas ao meio ambiente, embora ainda falta muita conscientização. Há empresários e administradores empenhados nessa questão ambiental e se desdobram em busca de recursos e soluções, de acordo com as leis, para que a preservação ambiental seja cumprida (SILVA, 2010, p. 302).

Quase todos os países do mundo possuem uma política ambiental, no Brasil existe a PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente, que é a Lei 6.938, de 31.08.1981, que foi regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06.06.1990. A criação desta lei foi de suma importância, pois antes dela havia apenas um capítulo dentro do Direito Administrativo que tratava dos assuntos relacionados ao meio ambiente (SILVA, 2010, p. 302).

Essa Lei 6.938/1981 foi descrita como um marco para o Direito Ambiental brasileiro, como coloca Milaré (apud SILVA, 2010, p. 302):

[...] sua implementação, seus resultados, assim como a estabilidade e a efetividade que ela denota, constituem um sopro inovador, mais ainda um salto de qualidade na vida pública brasileira. Seus objetivos nitidamente sociais e a solidariedade com o planeta que, mesmo implicitamente, se acham inscritos em seu texto, fazem dela um instrumento legal de grandíssimo valor para o país e de alguma forma, para outras nações sul-americanas com as quais o Brasil tem extensas fronteiras.

Os objetivos gerais da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA buscam “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar o território nacional condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (SILVA, 2010, p. 304).

Dentro dessas empresas, comprometidas com a preservação ambiental, a política ambiental se faz necessária, porém para ela ser aplicada depende das ações do governo, conforme apresenta Philippi Jr (2005, p. 219):

Ao instituir uma política ambiental, é necessário que o governo estabeleça os objetivos, defina as estratégias de ação, crie as instituições e estruture a legislação que a contém e que orienta sua aplicabilidade. Esse universo de implementação da política constitui o sentido da gestão ambiental.

E ainda acrescenta

A gestão ambiental é, portanto, a implementação pelo governo de sua política ambiental, pela administração pública, mediante a definição de estratégias, ações investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável (PHILIPPI JR, 2005, p. 219).

Com o crescimento e a influência das ONGs que atuam nas áreas do meio ambiente aumentou o contingente de consumidores responsáveis, que procuram cada vez mais utilizar produtos ambientalmente saudáveis, as empresas se veem então com a necessidade de criar um sistema de gestão ambiental capaz de atender o seu público.

O que realmente pode ser entendido por gestão ambiental é mostrado por Barbieri (2007, p. 25):

Os termos *administração, gestão do meio ambiente*, ou simplesmente *gestão ambiental* serão aqui entendidos como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam.

Antes a questão com o meio ambiente era apenas de alguns grupos de artistas, cientistas e políticos, hoje atingiu todos os setores da sociedade. Percebe-se ao ver noticiários e propagandas e nos meios de comunicação a participação da sociedade e a divulgação que a mídia faz em todas as suas esferas.

A gestão ambiental está voltada para ações que protejam o meio ambiente em todas as partes do planeta, numa dimensão que se divide em três como: a abrangência espacial que seria global, regional, nacional, local, setorial, empresarial etc.; a dimensão da iniciativa da empresa, do governo, da sociedade civil da instituição multilateral e a última dimensão seria da questão ambiental como ar, águas, solo, fauna e flora, recursos minerais, chuva ácida, aquecimento global etc. (BARBIERI, 2007, p. 27).

As dimensões da gestão ambiental, colocadas por Barbieri, estão assim especificadas:

A expressão *gestão ambiental* aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental. Na sua origem estão as ações governamentais para enfrentar a escassez de recursos, como mostrado anteriormente. Com o tempo, outras questões ambientais foram sendo consideradas por outros agentes e com alcances diferentes, sendo que atualmente não há área que não seja contemplada. Qualquer proposta de gestão ambiental inclui no mínimo três dimensões, a saber: (1) a dimensão espacial que concerne a área na qual espera-se que as ações de gestão tenham eficácia; (2) a dimensão temática que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam; e (3) a dimensão institucional relativa aos agentes que tomaram as iniciativas de gestão (BARBIERI, 2007, p. 27).

As dimensões, citadas acima, é uma visão de mundo que relaciona o ser humano e a natureza. Através da história percebemos que a relação entre o ser humano e a natureza sempre foi uma preocupação como se vê através de obras artísticas, científicas e filosóficas. Essa temática sempre foi vista por alguns como um problema, diante de fatos como a explosão demográfica, que trouxeram previsões pessimistas para a sobrevivência humana numa possível era de total escassez de recursos e que nenhum ajuste ou desenvolvimento tecnológico seria possível para reverter a situação. Pode ser melhor explicado:

Entre esses extremos encontram-se as abordagens socioambientais que reconhecem o valor intrínseco da natureza, mas admitem que ela deve ser usada para atender às necessidades humanas presentes e futuras e, por isso, buscam sistemas de produção e consumo sustentáveis, entendidos como aqueles que procuram atender às necessidades humanas respeitando as limitações do meio ambiente, que não são estáticas e que o ser humano pode e deve ampliar para atender a todos (BABIERI, 2007, p. 28-9).

A gestão ambiental cria mecanismos que favoreçam a proteção do meio ambiente e ao mesmo tempo resolve as questões humanas. As empresas comprometidas com a proteção ambiental, buscam recursos e orientações para atenderem a demanda solicitada. Assim toda a estrutura de uma empresa deve ser feita com orientações e planejamentos, para cumprirem seu papel dentro da preservação ambiental.

3.3. Gestão ambiental global

Várias conferências foram feitas na tentativa de encontrar soluções para a preservação ambiental, essas conferências contaram com a participação de vários países que visam a conciliação do meio ambiente com o desenvolvimento.

A fase atual da gestão ambiental global tem início com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que contou com a participação de 178 países. Nessa Conferência foram aprovados documentos importantes relativos aos problemas socioambientais globais,

dentre eles a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21 (BARBIERI, 2007, p. 37).

Dentre esses documentos a Agenda 21 exerce um papel importante nessa luta para a preservação ambiental, com recomendações e orientações a serem seguidas. Dá instruções específicas para a atuação das organizações internacionais. É comentada, também por Barbieri (2007, p. 37):

A Agenda 21, uma das principais contribuições dessa fase, apresenta recomendações específicas para os diferentes níveis de atuação, do internacional ao organizacional (Sindicatos, empresas, ONGS, instituições de ensino e pesquisa etc.) sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, desertificação, água doce, oceanos, atmosfera, poluição e outras questões socioambientais constantes em diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas pela ONU e outras entidades globais e regionais. Na sua essência, a Agenda 212 é uma consolidação das resoluções já tomadas por essas entidades e estruturadas a fim de facilitar sua implementação nos diversos níveis de abrangência.

São ações típicas das gestões ambientais. A Agenda 21⁵, foi importante mencioná-la aqui de forma que se observe a responsabilidade social dentro de todas as suas atividades. Ações que são feitas a favor de uma qualidade de vida voltadas para as questões ambientais, e uma associação entre o ser humano e a natureza. O que pode ser possível ao se usar medidas adequadas.

O dever de defesa do meio ambiente é para toda a sociedade, as empresas preocupadas em exercer seu papel, seguem todos os critérios estabelecidos pelas leis ambientais e ganha com a sua imagem e o reconhecimento de seu público consumidor é apresentado no final.

⁵ **AGENDA 21** – A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência [Eco-92](#) ou [Rio-92](#), ocorrida no [Rio de Janeiro, Brasil](#), em [1992](#). É um documento que estabeleceu a importância de cada [país](#) a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual [governos](#), [empresas](#), [organizações não-governamentais](#) e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. (Disponível em www.wikipédia.org.br acesso em 11/06/2012 às 16h37min).

A necessidade de orientação das pessoas que fazem parte de uma empresa é fundamental, porque são essas pessoas que fazem a empresa ter vida e se movimentar. Chiavenato diz a respeito dessa orientação para o melhor funcionamento de uma empresa:

A orientação das pessoas é o primeiro passo para a sua adequada aplicação dentro das diversas atividades da organização. Trata-se de posicionar as pessoas em suas atividades na organização e esclarecer o papel delas e os objetivos. Contudo, possuir recursos é necessário, mas não suficiente. Simplesmente, possuir recursos deixou de ser o bastante. O desperdício e o mau uso de recursos já não são mais aceitos nas modernas organizações. O que traz competitividade para uma organização é saber usá-los adequada e produtivamente. Isso significa competência organizacional (CHIAVENATO, 2008, p. 172).

A questão da gestão ambiental também depende do funcionamento interno das empresas, se elas estão em harmonia com todo seu corpo interno. A consciência da preservação ambiental deve ser difundida em cada setor de uma empresa que quer sua imagem comprometida com o cuidado com o meio ambiente. Sendo assim, todas as pessoas precisam estar cientes de seu papel dentro da empresa que representa. As orientações precisam ser repassadas e afirmadas, por isso Chiavenato deixa bem claro que:

Orientar significa determinar a posição de alguém perante os pontos cardeais; encaminhar, guiar, indicar o rumo a alguém; poder reconhecer a situação do lugar em que se acha para se guiar no caminho. Isso vale tanto para novos como para os antigos funcionários. Quando ingressam na organização, ou quando a organização faz mudanças, as pessoas precisam sentir em que situação se encontram e para onde devem conduzir suas atividades e esforços. Imprimir rumos e direções, definir comportamentos e ações, estabelecer metas e resultados a cumprir são algumas das providências orientadoras que a organização deve oferecer aos seus funcionários (CHIAVENATO, 2008, p. 172).

A empresa tem um grande desafio que é se integrar de maneira geral e assim ser possível desenvolver seu papel junto a sociedade. O Brasil nas últimas décadas deu um salto importante na preservação ambiental. Como se segue

O Brasil de hoje não é aquele que sediou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Eco-92. Desde então, reduzimos drasticamente o desmatamento nas Amazônias; aumentamos de maneira expressiva os índices de reciclagem; criamos um sistema de coleta por meio de cooperativas visto em poucos países do mundo; e ampliamos o acesso da população a coleta de esgoto, lixo e outros serviços essenciais. Os avanços são resultados de uma combinação de ganhos institucionais e investimentos privados, e vão culminar na realização da Rio+20 em 2012 (ATTUY, 2011, p. 12).

A passos lentos podemos ver que as ações a favor do meio ambiente vão tomando dimensões que já podem ser vistas. A contribuição de cada um faz uma diferença no final. O empenho maior por parte do governo ajudaria a acelerar essa situação. Mas a humanidade vai caminhando e descobrindo o que é mais importante e necessário para a manutenção da espécie humana. O ser humano cria mecanismos a favor de sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho foi possível observar que nesse novo milênio, o maior desafio que o mundo enfrenta é fazer com que o mercado, em todas as suas esferas, protejam e melhorem a qualidade do meio ambiente, com a ajuda de instituições preparadas e equipadas para dar diretrizes a serem seguidas.

A tendência de preservação ambiental por parte das organizações veio para ficar, é definitiva. A imagem das empresas hoje é valorizada quando a lucratividade não traz problemas às questões ambientais. Os movimentos a favor da preservação ambiental cresce no mundo todo e toda a social passa a valorizar cada vez mais a proteção ao meio ambiente.

Em razão disso, pesquisas mostram que grande parte das empresas, nos últimos anos, realizaram investimentos ambientais. Portanto, a pressão da sociedade ajuda e faz diferença na preservação do meio ambiente.

Além disso, com o crescimento das empresas nas últimas décadas e a formação de grandes conglomerados, envolvendo os países entre si, num mercado mundial, a necessidade de preservação do meio ambiente se tornou preocupação comum para todos, que devido aos históricos da humanidade chegou-se a conclusão de um possível colapso no futuro, se medidas de preservação e conservação ambiental não forem tomadas.

Em vista disso, as empresas tentam se adequar ao novo perfil de uma empresa comprometida com a comunidade e voltada para as questões ambientais. Com modelos de gestão ambiental e de responsabilidade social, as empresas se orientam, e também são pressionadas pela sociedade e por ONGs que têm levado as empresas à prática da responsabilidade social. Assim, a empresa atual, deve preservar sua imagem para competir com as outras empresas. Ainda existe uma distância entre teoria e realidade, as empresas seguem as legislações ambientais vigentes, e com planos e estratégias têm diminuído o impacto ambiental. Talvez num futuro próximo toda sociedade viverá de forma responsável e sustentável.

REFERÊNCIAS

AISSA, Susi. *Uma floresta para chamar de sua*. In: *Análise Gestão Ambiental*. Anuário. Análise editorial. 2011-2012.

AMORIM, Tânia Nobre Gonçalves Ferreira. *Responsabilidade Social Corporativa*. In: ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social*. São Paulo: Atlas, 2009.

ATTUY, Gabriel. *O caminho para a sustentabilidade*. In: *Análise Gestão Ambiental*. Anuário. Análise editorial. 2011-2012.

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. – 2. Ed. Atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
_____. *Gestão de Pessoas: o novo papel de recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*.- 1. Ed. – 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FIORILLO, César Antonio Pacheco. *Princípios do direito processual ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GABRIEL, Julio César de Castro. *Atualidades*. VESTCON, Brasília, 2009.

PALSULE, Sudanshu. *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre* / organizado por Rualdo Menegat e Gerson Almeida; David Stterthwaite... [et al.]. – Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SILVA, Anderson Furlan Freire da. *Direito ambiental*. Anderson Furlan, William Fracalossi. Rio de Janeiro: FORENSE, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 6ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2009.

VEIGA, José Eli da. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

RICHARD OWER, *Gestão Ambiental - A vida de Alexander Von Humboldt 1799 a 1804*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=alexander_von_humboldt acesso em 25/07/2012 às 16horas.

PORTAL BRASIL , *Gestão Ambiental – Classificação de seres vivos*. Disponível em www.portalbrasil.net/educação_serresvivos.htm acesso em 25/07/2012 às 15horas.

FACULDADE DE CERES

FACERES

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CERTIFICADO

Certifico para os devidos fins que a acadêmica Rhaykon Gondim da Silva, submeteu seu trabalho monográfico à minha correção ortográfica. Alego que o mesmo encontra-se sob o novo acordo ortográfico. Por ser verdade, assino abaixo.

Yask Gondim da Silva

Registro Língua Portuguesa Nº 9501041/DEMEC/GO

Ficha catalográfica

Silva, Rhaykon Gondim da

Gestão ambiental e responsabilidade social empresarial. / Rhaykon Gondim da Silva. – Ceres – GO: Faculdade de Ceres – FACERES, Ceres, GO, 2012.

fls.

Orientadora: Elizabeth Vieira Porto (Especialista)

TCC (Graduação)-Administração da Faculdade de Ceres – FACERES

Bibliografia.

1. Gestão ambiental 2. Responsabilidade social 3. Mudança organizacional I. Faculdade de Ceres – FACERES. Curso de Administração. II. Título.

Cdu502/504